



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014

(do Sr. Fernando Francischini)

CPMI-PETRO

Requerimento

Nº 721/14

Requer que sejam convocadas as autoridades abaixo citadas para que prestem esclarecimentos acerca das denúncias feitas à Polícia Federal pelo Sr. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, nas quais relata, entre outras, a ingerência do doleiro Youssef nos investimentos da Petros, fundo de pensão da Petrobras, por intermédio do Sr. JOÃO VACCARI NETO, secretário nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e nos termos do art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação das autoridades abaixo relacionadas para que prestem esclarecimentos acerca das denúncias feitas à Polícia Federal pelo Senhor CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA.

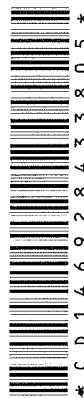
As acusações envolvem o pagamento de propina a dirigentes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, o segundo maior fundo de pensão do país, além de toda uma rede de lavagem de dinheiro que envolvia o doleiro preso na operação Lava Jato, Alberto Youssef, que, conforme depoimento, tinha relações com o secretário nacional de finanças do PT, João Vaccari Neto, um dos contatos de finanças

Subsecretaria de Relações
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 02/09/14
ÀS 18:15 horas.

Felipe Costa Geraldes

Técnico Legislativo

Matr. 229.869





CONGRESSO NACIONAL

Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro usou para lavar 1,16 milhão de reais. O Vaccari é tesoureiro do PT desde 2010 e é considerado um dos homens mais próximos ao ex-presidente Lula e articulador do ministro das Relações Institucionais, Ricardo Berzoini.

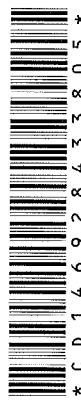
Os convocados por este requerimento são:

- **CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA**, autor do depoimento à Polícia Federal, ex-sócio da CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais. Preso desde março pela Lava Jato, que decidiu colaborar espontaneamente com as investigações em troca de eventual benefício judicial;
- **JOÃO VACCARI NETO**, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT);
- **ALBERTO YOUSSEF**, doleiro preso na operação Lava Jato da Polícia Federal;
- **CLÁUDIO AUGUSTO MENTE**, Sócio da CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais;
- **HUMBERTO PIRES GRAULT**, ex-gerente de Novos Negócios da Petros;
- **FLÁVIO CALAZANS DE FREITAS**, Diretor Presidente da Betumarco S/A Engenharia.

JUSTIFICAÇÃO

Surgem mais notícias sobre a atuação do doleiro Alberto Youssef e a Petrobras, em especial a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros.

Destaca-se que a missão de um fundo de pensão é assegurar uma renda de aposentadoria capaz de manter o padrão de vida de seus participantes no futuro com tranquilidade e segurança.



* C D 1 4 6 9 2 8 4 3 3 8 0 5 *



CONGRESSO NACIONAL

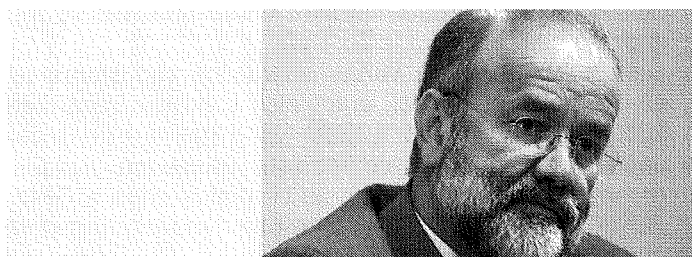
Todavia, segundo o depoente, as pessoas por ele citadas não mediam esforços para que os valiosos recursos dos contribuintes do fundo fossem aplicados em negociações ilícitas capitaneadas pelo doleiro.

As consequências dessa ingerência foram noticiadas em abril, quando pela primeira vez em dez anos, as contas do fundo foram rejeitadas por unanimidade por seu conselho fiscal. Nem mesmo os dois conselheiros indicados pela Petrobras no colegiado de quatro cadeiras recomendaram a aprovação das demonstrações financeiras de 2013, que apontaram um déficit operacional de R\$ 2,8 bilhões no principal plano de benefícios dos funcionários da estatal e um rombo que pode chegar a R\$ 500 milhões com despesas de administração de planos de outras categorias. Mesmo assim, as contas foram aprovadas no órgão superior da entidade, o conselho deliberativo, abrindo uma crise interna no fundo.

As reportagens colacionadas a seguir resumem as acusações feitas pelo Sr. Carlos e relatam a atuação de diversas pessoas no desvio de recursos do fundo de pensão da Petros entre outras irregularidades.

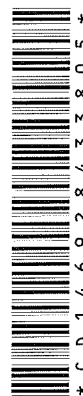
Réu da Lava Jato liga tesoureiro do PT a grupo de Youssef

João Vaccari teria feito contato entre fundos de pensão e o doleiro preso como pivô do esquema



João Vaccari Neto, bancário, tesoureiro do PT, ex-presidente da Bancoop, em 2010 (Sergio Dullii/AE/VEJA)

Num depoimento prestado à Polícia Federal, um dos integrantes do esquema investigado na Operação Lava Jato afirmou que o secretário nacional de finanças do PT, João Vaccari Neto, era um dos contatos de fundos de pensão com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro Alberto Youssef usou para lavar 1,16 milhão de reais do mensalão, segundo a PF. Vaccari é tesoureiro do partido desde 2010 e considerado um dos homens mais próximos ao ex-presidente Lula e articulador do ministro das Relações Institucionais, Ricardo





CONGRESSO NACIONAL

Berzoini. Relatório da PF já apontava que o tesoureiro procurou o doleiro na sede de uma das empresas usadas por Youssef,

"João Vaccari esteve várias vezes na sede da CSA, possivelmente a fim de tratar de operações com fundos de pensão com Cláudio Mente", relatou o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, apontado como laranja de Youssef e do ex-deputado federal José Janene (morto em 2010). Preso desde março pela Lava Jato, ex-sócio da CSA Project, situada em São Paulo, decidiu colaborar espontaneamente com as investigações em troca de eventual benefício judicial.

Ele é réu em duas ações penais, uma sobre remessas fraudulentas do laboratório Labogen para o exterior, outra de lavagem de dinheiro de Janene por investimentos em uma empresa paranaense. Carlos Alberto foi ouvido no dia 15 na Superintendência Regional da PF no Paraná. A PF, em outro documento, diz haver indício de que Vaccari estaria intermediando negócios de fundos de pensão com a CSA e uma outra empresa ligada ao doleiro, a GFD Investimentos.

Vaccari é réu em ação criminal sobre suposto desvio de 70 milhões de reais da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). O Ministério Público o denunciou por formação de quadrilha, estelionato e lavagem de dinheiro.

Propina - O colaborador disse que dirigentes da Petros, fundo de pensão da Petrobras, receberam propina para que o fundo fizesse um investimento de interesse do grupo de Youssef, acusado de chefiar esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

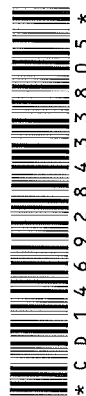
Segundo ele, o ex-gerente de Novos Negócios da Petros Humberto Pires Grault foi um dos beneficiários de 500.000 reais, que teriam sido pagos como "comissão" para que o fundo de pensão adquirisse, entre 2005 e 2006, uma cédula de crédito bancário de 13 milhões de reais. Grault é ligado ao PT, partido que o teria indicado ao cargo. A CSA Project, segundo disse, foi responsável pelo contrato com a Petros. A cédula adquirida pelo fundo de pensão referia-se a créditos que a Indústria Metais do Vale (IMV) teria a receber de outra empresa, a Siderúrgica de Barra Mansa (SBM), por um projeto de ferro-gusa.

Carlos Alberto disse que um saque de 500 mil da IMV foi usado para fazer pagamentos em espécie aos que participaram do negócio. Além de Grault, teriam recebido parte desse dinheiro Cláudio Mente, da CSA, além de funcionários da Petros. Ele contou ter sido informado por Mente que, no fundo de pensão, "seriam beneficiados Humberto Grault e o diretor que estaria acima dele na estrutura da empresa". Disse que não se recorda do nome do outro suposto beneficiário.

Carlos Alberto relata várias operações supostamente ilícitas de empreiteiras com o doleiro Youssef, entre elas contratos sem prestação de serviços. "Em 2012 ou 2013 viajaram a Hong Kong Matheus de Oliveira, Leonardo Meirelles e João Procópio a fim de resolver problemas ligados a abertura de contas; recorda-se de terem sido feito contratos entre a GFD e as empresas Mendes Junior, Sanko e Engevix, também visando transferências financeiras, sem qualquer prestação de serviços."

Apartamento - O advogado contou ainda ter sido informado de que Youssef se apropriou de recursos de Janene no exterior. Relatou que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa também preso pela Lava Jato, era recebido por Janene "em seu apartamento".

Segundo ele, Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte, atuava como um dos agentes que faziam transporte de dinheiro para operações do doleiro no exterior. "Em determinada oportunidade os dois foram para o Peru levar dinheiro em espécie", afirmou.





CONGRESSO NACIONAL

Tesoureiro do PT procurou doleiro Youssef, aponta jornal

João Vaccari Neto esteve em uma das empresas administradas pelo doleiro. Depoimento de contadora de Youssef poderá trazer mais detalhes sobre esquema bilionário

O tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, procurou o doleiro Alberto Youssef dias antes da Operação Lava Jato ser deflagrada pela Polícia Federal. Youssef é investigado em um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e está preso desde março. Já Vaccari é tesoureiro do partido desde 2010 e considerado um dos homens mais próximos ao ex-presidente Lula e articulador do ministro das Relações Institucionais, Ricardo Berzoini. As informações foram divulgadas pelo jornal *Folha de S.Paulo* nesta quarta-feira.

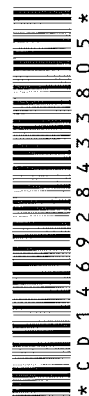
Vaccari procurou o doleiro na sede de uma das empresas usadas por Youssef, a GFD Investimentos, com sede em São Paulo. Segundo relatório elaborado pela Polícia Federal, Vaccari procurou Youssef no dia 11 de fevereiro. Ao não encontrar o doleiro, Vaccari deixou o prédio apenas quatro minutos depois.

Questionado sobre a relação que mantém com Youssef, o petista afirmou "não ter relacionamento", mas não explicou o motivo que o levou a procurar Youssef. "Conheço o sr. Alberto Youssef, mas não tenho nenhum relacionamento com ele. Na data citada estive no local, mas fui informado de que ele não se encontrava", disse Vaccari. A PF diz que irá apurar o motivo da visita.

Segundo a contadora Meire Poza, que trabalhava para o doleiro e prestava serviços também a GFD, "a empresa não tinha atividades comerciais de fato". Meire revelou à PF detalhes do esquema comandado por Youssef, conforme revelou VEJA. Meire era responsável por manusear notas fiscais frias, assinar contratos de serviços que jamais foram feitos e montar empresas de fachada destinadas à lavagem de dinheiro. Nesse período, ela viu malas de dinheiro saindo da sede de grandes empreiteiras e chegando às mãos de notórios políticos. Nesta quarta-feira, Meire prestará depoimento ao Conselho de Ética da Câmara para falar sobre as denúncias de envolvimento de parlamentares com Youssef.

Ela contou que foi para a GFD a convite de Enivaldo Quadrado, que se apresentava como diretor financeiro da empresa. Condenado no julgamento do mensalão por ter usado sua corretora para abastecer o esquema de compra de apoio parlamentar durante o primeiro governo Lula, Quadrado trabalhava na sede da GFD até a PF deflagrar a Lava Jato. No relatório elaborado pela investigação da PF, Quadrado cita o nome de Vaccari em uma troca de e-mails datada de fevereiro de 2012. O tema do e-mail era o fundo de previdência da Petrobras, Petros.

A PF irá investigar se o tesoureiro do PT teria intermediado negócios entre o Petros e empresas de Youssef, como detalhou reportagem do jornal.





CONGRESSO NACIONAL

Réu liga tesoureiro do PT a grupo de doleiro

REDAÇÃO
ESTADÃO

Advogado afirma que Vaccari fazia contato entre fundos de pensão e empresa de Youssef

Andreza Matais e Fabio Fabrini

Num depoimento prestado à Polícia Federal, um dos integrantes do esquema investigado na Operação Lava Jato afirmou que o secretário nacional de finanças do PT, João Vaccari Neto, ligado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, era um dos contatos de fundos de pensão com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro Alberto Youssef usou para lavar R\$ 1,16 milhão do Mensalão, segundo a PF.

"João Vaccari esteve várias vezes na sede da CSA, possivelmente a fim de tratar de operações com fundos de pensão com Cláudio Mente", relatou o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, apontado como laranja de Youssef e do ex-deputado José Janene (moto em 2010).

Preso desde março pela Lava Jato, ex-sócio da CSA Project, situada em São Paulo, decidiu colaborar espontaneamente com as investigações em troca de eventual benefício judicial. Ele é réu em duas ações penais, uma sobre supostas remessas fraudulentas do laboratório Labogen para o exterior, outra de lavagem de dinheiro de Janene por investimentos em uma empresa paranaense.

Carlos Alberto foi ouvido no dia 15 na Superintendência Regional da PF no Paraná. A PF, em outro documento, diz haver indício de que Vaccari estaria intermediando negócios de fundos de pensão com a CSA e uma outra empresa ligada ao doleiro, a GFD Investimentos.

Vaccari é réu em ação criminal sobre suposto desvio de R\$ 70 milhões da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). O Ministério Público o denunciou por formação de quadrilha, estelionato e lavagem de dinheiro.

O colaborador disse que dirigentes da Petros, fundo de pensão da Petrobrás, receberam propina para que o fundo fizesse um investimento de interesse do grupo de Youssef, acusado de chefiar esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

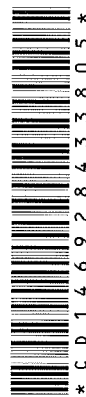
Segundo ele, o ex-gerente de Novos Negócios do Petros Humberto Pires Gault foi um dos beneficiários de R\$ 500 mil, que teriam sido pagos como "comissão" para que o fundo de pensão adquirisse, entre 2005 e 2006, uma cédula de crédito bancário de R\$ 13 milhões. Gault é ligado ao PT, partido que o teria indicado ao cargo.

A CSA Project, segundo disse, foi responsável pelo contrato com a Petros. A cédula adquirida pelo fundo de pensão referia-se a créditos que a Indústria Metais do Vale (IMV) teria a receber de outra empresa, a Siderúrgica de Barra Mansa (SBM), por um projeto de ferro-gusa.

Carlos Alberto disse que um saque de R\$ 500 mil da IMV foi usado para fazer pagamentos em espécie aos que participaram do negócio. Além de Gault, teriam recebido parte desse dinheiro Cláudio Mente, da CSA, além de funcionários da Petros.

Ele contou ter sido informado por Mente que, no fundo de pensão, "seriam beneficiados Humberto Gault e o diretor que estaria acima dele na estrutura da empresa". Disse que não se recorda do nome do outro suposto beneficiário.

Carlos Alberto relata várias operações supostamente ilícitas de empreiteiras com o doleiro Youssef, entre elas contratos sem prestação de serviços. "Em 2012 ou 2013 viajaram a Hong Kong Matheus de Oliveira, Leonardo Meirelles e



* C D 1 4 6 9 2 8 4 3 3 8 0 5 *



CONGRESSO NACIONAL

João Procópio a fim de resolver problemas ligados a abertura de contas; recorda-se de terem sido feito contratos entre a GFD e as empresas Mendes Junior, Sanko e Engevix, também visando transferências financeiras, sem qualquer prestação de serviços."

O advogado contou ainda ter sido informado de que Youssef se apropriou de recursos de Janene no exterior. Relatou que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, também preso pela Lava Jato, era recebido por Janene "em seu apartamento".

Segundo ele, Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte, atuava como um dos agentes que faziam transporte de dinheiro para operações do doleiro no exterior. "Em determinada oportunidade os dois foram para o Peru levar dinheiro em espécie", afirmou.

Defesa. Procurado pelo Estado, o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto informou, por meio da assessoria do partido, que Cláudio Mente, da CSA, é seu amigo pessoal e que o visitou "eventualmente" na empresa. Ele disse nunca ter feito negócios com Mente.

Vaccari disse que não conhece o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa e que, entre 2005 e 2006, época da operação com o Petros, não era tesoureiro do PT, mas sindicalista. Ele lamentou a acusação do depoente, segundo a qual, "possivelmente", tratava de fundos de pensão na CSA.

O tesoureiro também afirmou que está à disposição da Justiça para eventuais esclarecimentos.

Já a empresa Mendes Junior, citada no depoimento de Carlos Alberto Costa à PF, afirmou por meio de nota que todos os seus contratos "são feitos estritamente de acordo com as normas legais." O Grupo Sanko, ao qual pertence a empresa Sanko Sider, por sua vez, divulgou nota na qual afirma "estranhar" a insistência em tentarem associá-la a "atos e atividades com as quais não temos nenhuma relação".

"O Grupo Sanko, conforme já reiterou, não tem e nunca teve contas bancárias no Exterior. Todos os pagamentos do Grupo Sanko foram feitos, sem qualquer exceção, por intermédio do Banco Central do Brasil, e devidamente auditados pela Receita Federal. Eventuais dúvidas a respeito das operações do Grupo já foram pronta e devidamente esclarecidas, com toda a documentação necessária, às autoridades competentes.

Continuamos estranhando a insistência em tentarem nos associar a atos e atividades com as quais não temos nenhuma relação", afirma a nota.

O Estado não conseguiu ontem contato com o Petros, Adarico Negromonte e Cláudio Mente. Também não foi localizado Humberto Gault.

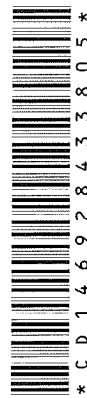
PT provoca crise em fundo de pensão da Petrobras

Fundo de pensão controlado por sindicalistas ligados ao PT tem perda de até R\$ 500 milhões

POR ALEXANDRE RODRIGUES

27/04/2014 7:00 / ATUALIZADO 27/04/2014 8:45

RIO - Enquanto a ingerência política mergulha a Petrobras numa das maiores crises de sua História, o fundo de pensão dos funcionários da estatal, a Fundação Petros, vive dias turbulentos pelos mesmos motivos. Pela primeira vez em dez anos, as contas da entidade foram rejeitadas por unanimidade por seu conselho fiscal. Nem mesmo os dois conselheiros indicados pela Petrobras





CONGRESSO NACIONAL

no colegiado de quatro cadeiras recomendaram a aprovação das demonstrações financeiras de 2013, que apontaram um déficit operacional de R\$ 2,8 bilhões no principal plano de benefícios dos funcionários da estatal e um rombo que pode chegar a R\$ 500 milhões com despesas de administração de planos de outras categorias. Mesmo assim, as contas foram aprovadas no órgão superior da entidade, o conselho deliberativo, abrindo uma crise interna no fundo.

Um grupo de conselheiros eleitos descontentes resolveu recorrer à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão que fiscaliza fundos de pensão, para denunciar a direção da Petros, controlada por sindicalistas ligados ao PT desde 2003. Os resultados dos investimentos da fundação têm recebido pareceres contrários do conselho fiscal há dez anos, mas apenas com o voto dos conselheiros eleitos pelos funcionários. No entanto, as contas sempre foram aprovadas pelo conselho deliberativo, órgão superior, no qual a Petrobras, patrocinadora do fundo, indica o presidente, tendo direito a voto de desempate. A estatal, no entanto, nem tem precisado usar esse recurso.

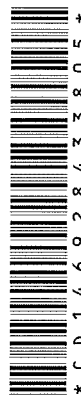
O conselho deliberativo tem seis integrantes, três eleitos pelos funcionários e três indicados pela Petrobras. Um dos eleitos pelos empregados, Paulo Cezar Chamadoiro Martin, passou a votar com os conselheiros da Petrobras, aprovando decisões por maioria simples. Foi o que aconteceu no último dia 31 de março, quando o conselho deliberativo ignorou o parecer unânime do conselho fiscal e aprovou as contas da Petros sem sequer mencioná-lo. Martin é dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT. Sindicalistas ocupam cargos de confiança na Petrobras, que tem obtido apoio da FUP na Petros.

Os conselheiros vencidos, um suplente e dois conselheiros fiscais também eleitos pelos funcionários foram a Brasília entregar à Previc duas denúncias e duas consultas pedindo maior rigor na fiscalização das contas do fundo.

Nos documentos, obtidos pelo GLOBO, eles apontam que o principal motivo da reprovação das contas da Petros pelo conselho fiscal foi o fato de a maioria dos quase 40 planos de outras categorias que passaram a ser geridos pela fundação durante o governo Lula ser deficitária: não geram recursos suficientes para pagar os custos de administração. Esses custos estão saindo do mesmo fundo de administração dos dois planos originais da Petros, que terão de pagar a aposentadoria de 75 mil funcionários da Petrobras e suas subsidiárias. O cálculo dos conselheiros, baseado em dados que atribuem à própria Petros, é que, em cinco anos, os dois planos perderam pelo menos R\$ 200 milhões. Esse montante, alegam, pode chegar a R\$ 500 milhões, se for corrigido.

Com efeito, é preciso esclarecer as denúncias realizadas pelos Sr. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, as quais demonstram o envolvimento do doleiro YOUSSEF com o secretário nacional de finanças do PT, JOÃO VACCARI NETO, e a Petrobras, em especial seu fundo de pensão.

Além disso, são mencionados o Sr. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE, Sócio da CSA Project Finance Consultoria, o Sr. HUMBERTO PIRES GRAULT, ex-gerente de Novos Negócios da Petros e o Sr. FLÁVIO CALAZANS DE FREITAS, Diretor Presidente da Betumarco S/A Engenharia.



* C D 1 4 6 9 2 8 4 3 3 8 0 5 *



CONGRESSO NACIONAL

Dessa forma, reputa-se necessária a vinda das autoridades convocadas neste requerimento para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**

Solidariedade/PR

